

SIMPÓSIO 126

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

JUSTIÇA CLIMÁTICA E OS IMPACTOS SOCIAIS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Eixo Temático:

6 - Direitos Humanos e Meio Ambiente;

Coordenadores:

Nome da Coordenadora 1: Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas

Vinculação Institucional: Curso de Direito do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé

Resumo Curricular: Graduada em Direito pela FDF (1998) e Mestre em Gestão e Políticas Ambientais pela FCT-UNL (2007). Pós-graduada em Gestão e Políticas Ambientais pela Universidade de Évora (2004), pós-graduada em Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente pela Faculdade de Direito - Universidade de Coimbra (2008). Pós-graduada em Gestão Pública pelo IFSULMINAS, *campus* Muzambinho. Experiência na área de Direito, Ciências Ambientais e Métodos Alternativos de Solução de Conflitos. Docente desde 2009 e Coordenadora do Curso de Direito do UNIFEG desde 2013. Membro do CDMPHC de Guaxupé, desde 2013. Coordenadora de Simpósio no CIDHCoimbra desde 2016.

Nome do Coordenador 2: Luis Manoel de Paiva Souza

Vinculação Institucional: Pró-Reitor Acadêmico, Coordenador do Curso de Engenharia Mecânica e docente dos cursos de Engenharia no Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé - UNIFEG

Resumo Curricular: Pró-Reitor Acadêmico e Coordenador de Engenharia Mecânica no UNIFEG, onde também atua como docente e membro da CIPA. Possui trajetória docente em instituições como UNIP, Fatec, ETEC e ESAMC. Foi pesquisador convidado no CEPETRO-UNICAMP. É Doutor em Engenharia Mecânica pela UFU, com foco em Transferência de Calor, Fluidos Naturais e CO₂. Mestre pela UNESP na área de Fenômenos de Transporte e Eficiência Energética. Graduado em Física pelo UNIFEG, atualmente cursa nova graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Anhembi Morumbi. Sua experiência técnica destaca-se em refrigeração comercial e recuperação de energia térmica.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

1 – Justiça Climática e Direitos Humanos – A linha de debate sobre Justiça Climática e os impactos das mudanças climáticas nos Direitos Humanos pretende colocar na mesma mesa de discussão os pesquisadores de Movimentos Sociais que defendem o direito à vida e à saúde;



direito à moradia e ao deslocamento; direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais; e direito à água e ao saneamento. Também nesta linha de debate unem-se pesquisas sobre a Responsabilidade dos Estados e das empresas; Justiça climática intergeracional; e Justiça climática e equidade.

2 – Impactos sociais das mudanças climáticas e o papel do ESG – Esta linha de pesquisa pretende reunir práticas corporativas aplicadas em empresas, visando além de identificar eficiência na gestão ambiental, também ações que reconheçam o papel do ESG como Pilar Social (S), exigindo que as empresas considerem o impacto de suas operações nas comunidades e nos *stakeholders*; como Pilar Ambiental (E), incentivando as empresas a reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa e adotarem práticas sustentáveis e mitigarem seu impacto ambiental; e como Pilar de Governança (G), essencial para garantir que as empresas integrem as questões de ESG em suas estratégias e operações. Esta linha de debate aborda pesquisas relacionadas à adequação dos setores público e privado, aos impactos sociais das mudanças climáticas, promovendo a sustentabilidade e a equidade.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)